

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)



Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura

Área Temática: Desenvolvimento rural e sustentabilidade.

Período de Análise: 01/10/2016 a 31/10/2016

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio Eletrônico da CPT
Sítio Eletrônico da CONAB
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Site Eletrônico da ABAG
Carta Capital

Estagiária: Ananda da Silveira

Índice:

Especialistas dão dicas para expandir a discussão sobre sustentabilidade. Giovana Giradi. O Estado de São Paulo, 04/10/2016.	3
São Paulo ganha, hoje, centro público de referência em agroecologia, no município de São Roque. Tânia Rabello. O Estado de São Paulo, 04/10/2016.	5
Avanço do desmatamento na Amazônia causa alerta no governo. Giovana Giradi. O Estado de São Paulo, 06/10/2016.	6
Secretário nomeia amigo ruralista para Câmara de Compensação Ambiental de SP. Herton Escobar. O Estado de São Paulo, 06/10/2016.....	9
Novacki reforça na FAO compromisso da agricultura brasileira com a preservação ambiental. MAPA, 03/10/2016.	12
Seminário debate desmatamento na Amazônia. Site do MMA, 05/10/2016.....	13
Lote de assentados gaúchos vira referência em educação ambiental. Site do INCRA, 06/10/2016.	15
Ministro defende pacto contra desmatamento. Paulenir Constâncio. Site do MMA, 06/10/2016.....	17
Contratações públicas sustentáveis em pauta. Letícia Verdi. Site do MMA, 11/10/2016.....	18
Agricultores têm curso para sustentabilidade. Letícia Verdi. Site do MMA, 13/10/2016.....	20
Incra/RO fiscaliza planos de manejo em reservas florestais de assentamentos. Site do INCRA, 14/10/2016.....	23
Agropecuária de baixo carbono será debatida em Brasília. Site do MAPA, 20/10/2016.....	24
Censo Agropecuário de 2017 é reivindicado pela CONTAG em audiência no Senado Federal. Barack Fernandes. Site da CONTAG, 20/10/2016.....	25
Suas é essencial para que o Brasil atinja os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, diz representante da ONU. Site do MDSA, 26/10/2016.....	27
Ministério realiza seminário sobre sustentabilidade. Lucas Tolentino. Site do MMA, 27/10/2016.....	28

Especialistas dão dicas para expandir a discussão sobre sustentabilidade. Giovana Giradi. O Estado de São Paulo, 04/10/2016.

Em linhas gerais, a mensagem que todos passaram é que é preciso atuar em duas frentes: em uma mais individual, que toque as pessoas, e em uma mais sistêmica, em que a sustentabilidade deixe de ser tratada como assunto apenas de um setor ou departamento

Há alguns anos a marca esportiva Nike estava planejando a criação de um departamento de sustentabilidade e saiu a campo para perguntar para jovens se eles se engajariam em um campanha sobre o assunto. Recebeu diversas negativas, ouviu que era um tema tedioso, chato. A empresa, então, reposicionou sua abordagem e voltou a procurar os jovens com uma outra pergunta: você quer ajudar a construir um mundo melhor? O apoio, dessa vez, foi massivo.

A anedota foi contada na manhã desta terça-feira (4) por Tom Moore, sócio da consultoria Mandalah e um dos responsáveis pela articulação da campanha global de comunicação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil, durante um debate que buscava encontrar respostas justamente para o desafio de mobilizar as pessoas para a sustentabilidade. “A sustentabilidade tem um problema de imagem”, definiu Moore.

Organizado pelo Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS), em parceria com o Estado, o evento discutiu como levar o tema para além do “gueto ambientalista” e teve entre os palestrantes, além de Moore, o cineasta Fernando Meirelles, a especialista em comportamento do consumidor Mônica Gregori, sócia da Agência Cause, que fez o estudo “O Fluxo das Causas”, sobre desafios e oportunidades de comunicar grandes causas como cidades sustentáveis e mudanças climáticas; e o publicitário Ricardo Guimarães, especialista em comunicação e identidade de marca.

Em linhas gerais, a mensagem que todos passaram é que é preciso atuar em duas frentes: em uma mais individual, que toque as pessoas para elas se entenderem parte do problema e possam se engajar em busca de soluções; e em uma mais sistêmica, em que a sustentabilidade deixe de ser tratada de modo setorial, como por um departamento dentro de uma empresa, por exemplo, ou apenas por uma secretaria ou ministério e entre na base de ações de empresas ou governos.

“É preciso ativar outras dimensões nas pessoas, para se sentirem motivadas a participar. É importante virar uma convocação, um convite de ação. E tem de trazer uma porta de saída. Não adianta dar só os fatos desesperados. É como falar de morte. Ninguém quer falar disso, porque se não tem saída, melhor nem falar”, comentou Mônica.

Meirelles, que foi convidado a contar como levou o tema das mudanças climáticas para 3,5 bilhões de pessoas na abertura da Olimpíada no Rio, contou que levou isso em consideração ao planejar a introdução do tema na festa. Ele também adiantou que está [elaborando uma série de TV com a questão como mote](#).

Em um minuto e meio, os espectadores viram informações gráficas sobre o aumento das emissões de gás carbônico no mundo, o aumento da temperatura média no planeta no último século, o derretimento do Ártico e projeções de como o nível do mar, ao subir, pode alagar cidades como o Rio de Janeiro. Mas depois da tragédia, ele quis mostrar soluções. Ou ao menos uma delas: o plantio de florestas para absorver o carbono que está na atmosfera provocando o efeito estufa.

“Acho que em geral as imagens catastróficas, de desastres, que já vimos tanto, não tocam mais. Mas ali a ideia era ir direto à informação. E depois veio a boa notícia: mostramos projetos de reflorestamento em todo o mundo. Representam a mudança de atitude que queremos. Plantar floresta é a maneira mais barata de absorver carbono. Não resolve o problema, mas mitiga”, disse.

“Tentamos contar a história de como o derretimento do Ártico vai nos afetar. De certo modo mostramos isso. Derretendo o Ártico e o cara que mora na Quinta da Boa Vista vendo o mar chegar. Mas só a apologia do desastre não funciona. Se não deixarmos uma portinha de saída, de que ainda tem jeito, o cara se desinteressa. Tem que mostrar um caminho.”

Guimarães falou sobre como a transformação pode ocorrer no campo empresarial.

“Acho que a chave está em trazer a sustentabilidade como inspiração, no planejamento estratégico, na busca por soluções. Colocar a sustentabilidade no cerne da organização, no negócio. Mostrando como se ganha dinheiro tornando o mundo melhor, mais bonito, mais saudável. E não dissociando-a como uma causa anexa, em vez de essencial, como ela de fato é.”

O economista Eduardo Gianetti, que estava no auditório, fez uma participação especial na discussão. “O padrão mais comum na vida das pessoas é que elas são revolucionárias quando jovens e vão se tornando conservadoras e avessas a mudanças à medida que envelhecem. Acho que meu caso está sendo o contrário. Estou ficando mais radical. Eu não me conformo de estar em um mundo em que consumir mais, lucrar mais, ganhar mais é o valor dominante da vida. Tem alguma coisa errada”, disse.

“Já era péssimo eticamente e agora é temerário biologicamente. O limite agora vem de fora. A gente só não pode perder a esperança. Não é à toa que o Dante colocou no inferno: abandonai toda a esperança a vós que entraís. Não vamos perder a esperança”, complementou.

São Paulo ganha, hoje, centro público de referência em agroecologia, no município de São Roque. Tânia Rabello. O Estado de São Paulo, 04/10/2016.

O Estado de São Paulo vai ganhar hoje, oficialmente, uma Unidade de Referência em Agricultura Ecológica. Está marcado para as 10h da manhã a ida da secretária estadual de Agricultura, Monika Bergamaschi, para a Unidade de Pesquisa e Desenvolvimento (UPD) de São Roque (Av. Três de Maio, 900, bairro Cambará, São Roque, SP) para assinar a documentação que confere à UPD o novo status, reivindicado pelo movimento orgânico e encabeçado, nessa batalha, pela Câmara Setorial de Agricultura Ecológica, presidida pela engenheira agrônoma Ondalva Serrano – que também foi, até abril deste ano, presidente da Associação de Agricultura Orgânica ([AAO](#)).

Embora o reconhecimento oficial vá ocorrer hoje, há anos a unidade, subordinada à Agência Paulista de Tecnologia no Agronegócio (Apta), trabalha difundindo os conceitos do cultivo agroecológico.

Conforme relata o chefe da UPD, o engenheiro agrônomo Sebastião Wilson Tivelli, a unidade foi se convertendo à agroecologia por causa do avanço da área urbana de São Roque até os limites da unidade, onde anteriormente eram feitas pesquisas principalmente com flores – nas quais se aplicavam agrotóxicos.

Nesta unidade também se desenvolveram variedades de uva cultivadas em várias regiões do País, inclusive no Sul. Já na fase agroecológica, uma variedade de cebola própria para cultivo orgânico foi desenvolvida, a Alfa Tropical.

Após o importante reconhecimento oficial da unidade, o atuante movimento agroecológico já tem os passos seguintes traçados. Conforme explica Ondalva Serrano, “vamos trabalhar na elaboração de uma Emenda Parlamentar Coletiva que aporte recursos para essa unidade se consolidar”, diz. “Esperamos poder contar com a colaboração das Secretarias de Agricultura e do Meio Ambiente para o sucesso dessa reivindicação, que assegurará, já para 2014, recursos para que a UPD São Roque efetivamente se consolide como polo irradiador de ensinamentos agroecológicos.”

Cursos de agroecologia

Mesmo com poucos recursos, a UPD São Roque vem atuando, desde dezembro do ano passado, na formação de técnicos extensionistas em agroecologia, para que eles sirvam de multiplicadores do cultivo orgânico em todo o Estado. Estes técnicos serão responsáveis, segundo Tivelli, por passar as orientações técnicas e normativas sobre agricultura ecológica, além de orientar e atender, por meio do programa São Paulo Orgânico, a linha de financiamento à agricultura ecológica, lançada este ano pelo governo de SP, dentro do Feap/Banagro.

A intenção é formar, até dezembro deste ano, 200 técnicos. Até agosto, 120 já haviam sido formados na UPD São Roque. Além de noções de cultivo de hortaliças,

fruticultura, cafeicultura e grãos pelo sistema agroecológico, há também aulas sobre comercialização, mercado de orgânicos e certificação, além de duas visitas técnicas a produtores orgânicos consolidados. “Esses técnicos atenderão os interessados dentro das casas da agricultura e também no Itesp, que cuida dos assentamentos rurais”, diz Tivelli, que acrescenta: “Muitos vêm para cá fazer o curso com um pré-conceito sobre a agricultura orgânica e saem com a certeza de que é possível, sim, produzir sem os recursos da agricultura convencional, como adubos químicos e agrotóxicos”.

Com esse programa, o agricultor que estiver interessado em iniciar um cultivo orgânico terá, finalmente, a opção de procurar um técnico especializado do Poder Público, que dará gratuitamente as orientações. “O produtor rural poderá escolher entre a agricultura orgânica e a convencional, porque agora terá as duas alternativas para obter assistência técnica, quando antes só tinha um caminho via poder público: o da agricultura convencional”, destaca a engenheira agrônoma especializada em agricultura orgânica Araci Kamiyama, da Secretaria do Meio Ambiente. “É a agricultura orgânica se tornando objeto de política pública, o que é extremamente importante”, complementa.

Ao fim do curso, Tivelli comenta que a intenção é que haja pelo menos um técnico formado em agroecologia em cada regional agrícola do Estado de São Paulo. Atualmente há 40 regionais espalhadas no Estado e 585 municípios com técnicos extensionistas da Secretaria de Agricultura, para um total de 645 municípios. “Serão os multiplicadores da agroecologia no território paulista”, comemora Tivelli.

Nos assentamentos

É o que espera, por exemplo, o técnico em desenvolvimento agrário Antonio da Silva Pinto, que trabalha no Instituto de Terras de São Paulo (responsável pelos assentamentos rurais do Estado), o Itesp, em Sorocaba. “Há mais de dez anos o Itesp vem apoiando a agroecologia”, conta Silva Pinto. “Nos assentamentos nos quais eu trabalho, em Iperó e Itapetininga, já difundo a agricultura orgânica”, continua ele, acrescentando que, de 400 famílias assentadas, 25 já são convertidas à agroecologia, basicamente com o cultivo de hortaliças e de banana.

Com o curso na UPD São Roque, Silva Pinto diz que busca aperfeiçoar seus conhecimentos, principalmente em ferramentas que convençam os agricultores a aderir ao cultivo agroecológico. “Não adianta só falar; tem de mostrar. Por isso vim aprender técnicas que não conheço e me atualizar sobre as que eu já conheço.”

Avanço do desmatamento na Amazônia causa alerta no governo. Giovana Giradi.

O Estado de São Paulo, 06/10/2016.

Perda de floresta no período de agosto de 2014 a julho de 2015 foi maior do que o esperado, ultrapassando a barreira dos 6 mil km²; tendência é de crescimento também neste ano

O aumento da taxa de desmatamento da Amazônia a partir de 2014 acendeu o sinal amarelo no governo federal, que convocou nesta quarta-feira e quinta representantes da academia, de governos estaduais e da sociedade civil para discutir formas de combater a perda da floresta, a fim de cumprir a meta de zerar o desmatamento ilegal até 2030.

Na semana passada, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) divulgou uma atualização para cima da taxa de desmatamento observada entre agosto de 2014 e julho de 2015. Dados preliminares do Prodes, o sistema de monitoramento por satélite do Inpe que apresenta a taxa oficial do desmatamento do ano, anunciados em novembro do ano passado apontavam que haviam sido perdidos 5.831 km² de floresta, o que já seria uma alta de 16% em relação a agosto de 2013 e julho de 2014. O aperfeiçoamento da análise mostrou que o corte raso atingiu 6.207 km². O aumento real foi de 24%.

Este é o maior valor desde 2011 e mostra uma tendência de alta perigosa. A partir de 2008, o desmatamento da Amazônia apresentou quedas sucessivas, chegando ao menor valor em 2012 – 4.571 km². De lá para cá, ocorreram algumas altas e baixas, mas a taxa ficou em torno de 5.000 km². É a primeira vez que volta a passar a barreira dos 6 mil. E a expectativa é que a tendência de alta continue.

“Estou preparada para isso”, disse ao EstadoThelma Krug, diretora do Departamento de Políticas para o Combate ao Desmatamento do Ministério do Meio Ambiente, sobre a nova taxa do Prodes deste ano.

O anúncio preliminar do período de agosto do ano passado a julho deste ano deve sair em novembro, mas dados de outro sistema do Inpe, o Deter, que observa a Amazônia em tempo real, dão sinais de que o crescimento deve ter se mantido. O Deter lança alertas que orientam a fiscalização e neste ano eles compreenderam uma área 16% maior que no ano anterior.

Grandes áreas. Ao apresentar esses dados no seminário de ontem em Brasília, o Inpe apontou que voltaram a ocorrer grandes polígonos de desmatamento, que tinham ficado mais raros nos últimos anos. Com o avanço dos mecanismos de comando e controle desde 2008, a derrubada de grandes porções de floresta foi diminuindo, porque é muito mais fácil de ser detectada por satélite e pela fiscalização. Os cortes passaram a ocorrer em menores áreas, o que era uma explicação para a dificuldade de reduzir ainda mais a taxa total.

No consolidado de 2014, 69% dos desmatamentos tinham ocorrido em propriedades de até 50 hectares. Em 2015, essa faixa passou a representar 59% dos cortes. Já áreas entre 100 e 500 hectares, que em 2014 tinham sido responsáveis por 15% do desmatamento, em 2015 abocanharam 20%.

Thelma, que está coordenando a nova fase do plano de combate ao desmatamento (PPCDAM), reconhece que têm ocorrido problemas na fiscalização desde 2014. Cortes no orçamento atingiram o Ibama e ela acredita que houve uma “percepção de falta da presença do Estado na Amazônia”, mas diz que houve uma sinalização do governo Temer de que vai voltar a apoiar a fiscalização e o controle.

Segunda ela, a nova fase do PPCDAM vai trazer um novo eixo de atuação: instrumentos econômicos para incentivar o produtor a não desmatar. E um esforço de fiscalização mais concentrado nas áreas que mais têm sofrido com o desmatamento: florestas públicas que não têm destinação, terras privadas e assentamentos rurais.

Encruzilhada. Paulo Moutinho, pesquisador do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), um dos representantes da sociedade civil no seminário, afirmou que se a alta se confirmar, o País estará diante de uma encruzilhada.

“Ou toma ações definitivas para acabar de uma vez com o desmatamento, criando alternativas inclusive para o corte legal, como novas formas de rendimento, ou vamos ver essa retomada da perda da Amazônia com um agravante que não tínhamos antes”, disse

Ele se referiu ao aquecimento global. “Desmatamento e mudança do clima combinados trazem seca e causam um processo extra de degradação que pode mudar mais rápido o clima na região, afetando até mesmo a principal fonte de PIB do Brasil, que é o agronegócio”, explicou.

O Ipam ofereceu um conjunto de seis ações que poderiam ajudar a zerar o desmatamento: criar salvaguardas mais criteriosas para obras de infraestrutura na região; implementar o Código Florestal; agir nos assentamentos; implementação do PPCDAM; agir nas florestas públicas não destinadas e criar sistemas financeiros inovadores para a conservação da floresta.

Sobre os assentamentos, destacou que hoje cerca de 30% do desmatamento ocorre neles. “Está concentrado em uma parcela deles e ocorre tanto pelas mãos do assentado quando por terceiros. É preciso criar uma política de reforma agrária, com assistência técnica e mecanismos inovadores para que eles consigam viver da terra e não migrem para o que chamamos de ‘agronegocinho’”, disse Moutinho.

Assim como Thelma, ele lembrou o papel das áreas sem destinação. “Temos mais de 70 milhões de hectares na Amazônia nessa situação. É quase a mesma área total que foi desmatada ao longo dos anos na Amazônia. Elas são objeto de grilagem. Destiná-las para um uso sustentável ou transformá-las em unidades de conservação é o modo mais rápido de frear o avanço sobre essas áreas”, defendeu.

Secretário nomeia amigo ruralista para Câmara de Compensação Ambiental de SP. Herton Escobar. O Estado de São Paulo, 06/10/2016.

Advogado ligado ao agronegócio e pesquisador da Embrapa são os novos representantes da sociedade civil no grupo, responsável por gerir cerca de R\$ 250 milhões em recursos destinados às unidades de conservação do Estado

SÃO PAULO - A Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo mudou a composição da Câmara de Compensação Ambiental (CCA), responsável pela gestão e destinação de milhões de reais pagos por empreendimentos para compensar o impacto ambiental de suas construções.

O secretário de Meio Ambiente do Estado, Ricardo Salles

Chama atenção a troca dos dois representantes da sociedade civil. O biólogo Ricardo Rodrigues, da Universidade de São Paulo, e Ana Luisa da Riva, ex-diretora-executiva do Instituto Semeia, foram substituídos pelo agrônomo Evaristo de Miranda, da Embrapa, e o advogado Francisco de Godoy Bueno, vice-presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB), especialista em direito do agronegócio e amigo pessoal do novo secretário de Meio Ambiente, Ricardo Salles — que é o responsável por nomear os membros da CCA.

Bueno é membro do Movimento Endireita Brasil, fundado por Salles, que também é advogado e já foi diretor jurídico da SRB. “É uma pessoa supercorreta e de extrema confiança”, justificou o secretário, em entrevista ao Estado. “Somos amigos, não tem problema nenhum.”

As nomeações foram publicadas no *Diário Oficial* do Estado em 1º de outubro (Resolução SMA 77, de 29/9/2016). Seis dos oito membros da CCA foram substituídos. O novo grupo será responsável por gerir um montante de aproximadamente R\$ 250 milhões, oriundos de compensação ambiental, que devem ser investidos obrigatoriamente em benefício das unidades de conservação do Estado, como parques estaduais e estações ecológicas.

Para Salles, a ligação de Bueno com o agronegócio não cria um conflito de interesse para sua atuação na câmara. “Pelo contrário, acho que nada melhor do que quem conhece o assunto para identificar quais são as medidas eficazes para reparação de

questões ambientais”, disse. “A utilização do conhecimento de quem tem experiência no mundo real é fundamental. Melhor ter alguém que dá uma solução real (...) do que um grupo de pessoas que se julgam acima do bem e do mal e colocam soluções filosóficas que só ficam de pé em laboratório.”

O bom gestor, segundo Salles, é multidisciplinar. “Não temos na secretaria necessidade de pessoas que conheçam meio ambiente, porque o maior acervo de conhecedores de meio ambiente do Estado de São Paulo (*já*) está dentro da secretaria. O que precisamos é agregar novas habilidades, relacionadas a gestão.”

Evaristo de Miranda, o outro escolhido por Salles para representar a sociedade civil, também é ligado ao setor agrícola. Agrônomo, com mestrado e doutorado em ecologia, Miranda foi figura polêmica nas discussões do novo Código Florestal no Congresso, por apresentar estudos científicos próprios, que favoreciam os interesses da bancada ruralista e contrariavam o que a maior parte da comunidade científica defendia. É chefe geral da Embrapa Monitoramento por Satélite e coordenador do Grupo de Inteligência Territorial Estratégica (GITE) da Embrapa. “É o maior especialista em pesquisa aplicada no campo no Brasil”, justifica Salles.

O biólogo Ricardo Rodrigues, que foi substituído, era uma figura emblemática da sociedade civil na CCA. Professor titular do Departamento de Ciências Biológicas da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq-USP), já foi coordenador do Programa Biota da Fapesp e é considerado um dos maiores especialistas do Brasil em ecologia aplicada e restauração florestal. Estava na câmara desde maio de 2014, indicado pelo Programa Biota e pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), com apoio de entidades ambientalistas.

Ana Riva, a outra representante da sociedade civil, estava na câmara desde fevereiro, nomeada pela ex-secretária Patricia Iglesias, professora da Faculdade de Direito da USP, especializada em direito ambiental.

Prerrogativa. A CCA é formada por oito membros, incluindo o secretário adjunto do Meio Ambiente, mais três representantes da Secretaria de Meio Ambiente (SMA), um

representante da Cetesb (órgão subordinado à SMA), um representante do Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema), e dois representantes da sociedade civil. Perguntado pela reportagem sobre qual foi o processo de seleção usado para escolher os novos representantes, Salles respondeu que a escolha “é uma prerrogativa do secretário, então não há procedimento a ser seguido.”

“A exemplo do que são os nomes escolhidos pelo governador para determinados cargos, os nomes que competem ao secretário são um juízo pessoal do secretário sobre a conveniência e oportunidade da troca”, afirmou.

Salles, de 41 anos, filiado ao Partido Progressista (PP), assumiu a Secretaria de Meio Ambiente em julho deste ano, sem ter ligação prévia com a área ambiental. Foi secretário particular do governador Geraldo Alckmim (PSDB); e sua indicação para a SMA foi noticiada como resultado de um acordo político entre os dois partidos, em troca do apoio do PP à candidatura do tucano João Doria à prefeitura de São Paulo.

Recursos. A CCA, criada em 2004, é responsável por gerir os recursos oriundos de compensação ambiental, determinando como e onde eles devem ser investidos. Nesse período, mais de R\$ 400 milhões já foram recolhidos. Desse total, cerca de R\$ 250 milhões ainda não foram destinados e estão disponíveis para investimento, segundo Salles.

Os últimos dois anos de trabalho da câmara foram um “fracasso absoluto” na opinião do secretário. “O resultado prático dessa visão filosófica de laboratório é justamente a ineficiência dos trabalhos que foram feitos até agora”, disse. “Não por outra razão temos necessidade de investimento, manutenção e recuperação de diversas unidades de conservação. Os recursos estavam disponíveis e não foram investidos exclusivamente por uma questão de má gestão.”

Rodrigues foi procurado pela reportagem, mas preferiu não responder às críticas. “Nossas áreas de conservação e restauração estão à disposição para serem visitadas, como já fizeram vários técnicos da SMA e secretários anteriores”, limitou-se a dizer.

Reportagem publicada pelo Estado em agosto de 2013 revelou que havia R\$ 144 milhões “parados” na carteira de compensação ambiental, num momento em que muitas das unidades de conservação estaduais já sofriam com falta de recursos, funcionários e deterioração de sua infra-estrutura — um cenário de abandono que não foi revertido e continua a se agravar, segundo servidores da secretaria e ambientalistas ouvidos pela reportagem. O secretário de Meio Ambiente à época era Bruno Covas, agora vice-prefeito na chapa eleita de João Doria para a Prefeitura de São Paulo.

Novacki reforça na FAO compromisso da agricultura brasileira com a preservação ambiental. MAPA, 03/10/2016.

Em reunião de ministros em Roma, secretário-executivo do Mapa também apresentou o Plano Agro +

A produção agropecuária brasileira se baseia na preservação ambiental, tecnologia, inclusão social e consciência do produtor, destacou o secretário-executivo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Eumar Novacki, ao participar de reunião de ministros na Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), em Roma, nesta segunda-feira (3).

“Tudo isso sem os subsídios que distorcem o comércio internacional e agravam o abismo entre os países desenvolvidos e aqueles que querem chegar lá”, disse Novacki. A Argentina apoiou a iniciativa brasileira de criticar os subsídios agrícolas e defendeu a ampliação das discussões sobre o tema.

Durante o encontro que tratou de tendências de longo prazo dos preços das commodities e o desenvolvimento sustentável da agricultura, o secretário-executivo salientou que o Brasil preserva 61% das suas terras e apenas 28% do território é utilizado para produzir alimentos. De acordo com o Código Florestal, assinalou Novacki, os produtores são obrigados a preservar entre 20% e 80% da vegetação nativa, dependendo da região. Segundo ele, a preservação ambiental se dá às custas do produtor e precisa ser reconhecida pela comunidade internacional. “Buscamos a agregação de valor aos produtos brasileiros”, enfatizou o secretário-executivo. Lembrou ainda que sistema produtivo brasileiro tem um dos mais elevados padrões de segurança fitossanitária do mundo.

Novacki também falou sobre o Plano Agro +, que até agora já recebeu 335 demandas do setor produtivo para desburocratizar normas e procedimentos do ministério. Do total, 87 foram resolvidas – entre elas, a agilização do processo de registro de produtos de

origem animal e a reinspeção nos portos. “Estamos trabalhando em ritmo acelerado para resolver os gargalos”, acrescentou.

Seminário debate desmatamento na Amazônia. Site do MMA, 05/10/2016.

Ministro Sarney Filho participará do último dia do evento (06/10), organizado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) para aproximar sociedade civil do debate e da busca por soluções em conjunto.

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) reúne, em Brasília, até quinta-feira (06/10), representantes do governo federal, jornalistas, cientistas e sociedade civil organizada para debater os novos dados do desmatamento na Amazônia, elaborados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

O evento aproxima a sociedade civil do debate e da busca por soluções em conjunto. Tem como objetivo a busca por mais transparência sobre as políticas públicas contra a perda de cobertura nativa da Amazônia. Conteúdos debatidos servirão de subsídios para a nova fase do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm). O ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, participará do debate nesta quinta (06/10).

Na abertura do Seminário Técnico-Científico sobre os dados do Desmatamento da Amazônia, realizada nesta quarta-feira (05/10), o secretário de Mudanças do Clima e Qualidade Ambiental do MMA (SMCQ), Everton Lucero, afirmou que o objetivo do ministro é abrir diálogo permanente com os vários setores envolvidos. “O que nos permitirá avaliar com transparência as causas atuais do desmatamento e apontar caminhos que possam reduzir as taxas anunciadas pelo Inpe”, destacou.

NÚMEROS

Segundo a equipe do Inpe, que apresentou na abertura do evento os dados mais recentes, obtidos por meio do Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (Prodes), o desmatamento na Amazônia Legal, no período de julho de 2014 e agosto de 2015, ficou em 6.207 Km². O número indica que as taxas do desmatamento no bioma estão estáveis, oscilando na casa dos 5 a 6 mil Km² nos últimos quatro anos.

O Prodes trabalhava com previsão inicial, feita em novembro do ano passado, de 5.835. A estimativa foi superada em 6,45%, dentro da margem trabalhada pelos técnicos do instituto, conforme explicou o coordenador do programa, Dalton Valeriano, do Inpe. “Não é possível falar em tendência de alta. A taxa estacionou e temos que buscar meios de retomar a trajetória de queda”, avaliou o técnico. O desmatamento no Brasil apresentou queda de 78% desde a implementação do PPCDam, criado em 2004.

“Com o apoio dos vários segmentos, precisamos atender o que foi estabelecido no Plano Nacional de Mudança do Clima (PNMC) que fixou uma meta de 3.925 km²/ano até 2020, o que equivale a uma redução de 80% em relação à média do desmatamento observado entre 1996 e 2005”, alertou o secretário Everton Lucero.

Para o secretário da SMCQ, um dos maiores desafios atuais consiste em distinguir o desmatamento ilegal do legal, para que se possa efetivamente eliminar o primeiro e promover políticas que possam reduzir o segundo, sem prejuízo do desenvolvimento regional.

DESAFIOS

Como propostas para acelerar a redução do desmatamento nos próximos anos, Everton Lucero deu ênfase à necessidade de melhorar a gestão compartilhada, com apoio ao fortalecimento dos órgãos de meio ambiente estaduais, de forma que estejam aptos a cumprir com suas competências. Valorizar os serviços ambientais prestados pela floresta em pé e investir numa economia de baixo carbono foram também destacados por Lucero.

O secretário de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará, Luiz Fernando Rocha, elogiou a decisão do ministro “de abrir um diálogo transparente com a sociedade sobre o desmatamento da Amazônia”.

De acordo com a diretora do Departamento de Políticas para o Desmatamento do MMA, Thelma Krug, “os desafios agora são maiores e mais complexos. O imediato já foi feito. Agora temos que buscar soluções para os problemas localizados”.

Para Telma, a abertura para o diálogo deverá dar mais transparência às políticas públicas de combate ao desmatamento, chamando a sociedade para contribuir com a

definição dos próximos passos. “Acumulamos bastante conhecimento sobre as áreas críticas onde é preciso atuar”, concluiu.

PAINEL

No segundo painel do dia, foi debatido o combate ao desmatamento em assentamentos da reforma agrária. André Freddo, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), abriu o painel explicando a Política Nacional de Reforma Agrária. “Hoje o Incra tem a visão de que a produção precisa ser mais sustentável“, afirmou, ao explicar que antes existia a cultura de desmatar para ter direito à terra.

Para Ane Alencar, do Instituto de Pesquisa Ambiental na Amazônia (IPAM), houve uma mudança de concepção de uma reforma agrária somente produtiva para uma de base de produção sustentável.

Um estudo do IPAM aponta que o desmatamento nos assentamentos agrários é um processo concentrado, ou seja, 2% dos assentamentos contribuem com 50% do desmatamento. Maria Isabel Escada, do Inpe, destacou que o grande desafio é desenvolver e cuidar de toda cadeia produtiva que envolve os assentamentos. O debate prosseguiu ao ser aberto para perguntas que foram mediadas pelo Eduardo Pegurier, do site O Eco.

Lote de assentados gaúchos vira referência em educação ambiental. Site do INCRA, 06/10/2016.

Reforma agrária, agricultura ecológica e educação caminham juntas no lote de Olimpio Vodzik e Azilda Ristow, localizado no assentamento Itapuí/Meridional, em Nova Santa Rita (RS) – na região metropolitana de Porto Alegre, criado pelo Incra em 1988. O casal mantém metade da área, de 15 hectares, coberta de árvores e dedica o restante do perímetro à produção de alimentos. Com décadas de atuação no cultivo sem agrotóxicos, periodicamente eles recebem estudantes e interessados em conhecer, na prática, a aplicação dos preceitos agroecológicos.

Na terça-feira (5), foi a vez de cerca de 60 crianças da Escola Municipal de Ensino Fundamental Treze de Maio, situada no próprio assentamento, visitarem o local. Segundo a anfitriã, Azilda, o contato foi especialmente prazeroso. “É importante destacar que nossos três filhos estudaram nessa mesma instituição e depois todos entraram a universidade”, disse.

Para o professor Marcelo Vinícius Nunes, um dos quatro acompanhantes do grupo, a oportunidade fortaleceu o clube de ciências implantado na escola em 2013. “Nossa intenção é mostrar a ciência existente no nosso entorno, não só aquela do tubo de ensaio. Este lote é um laboratório com experiências sobre a natureza”, avalia. Já a diretora Angélica Amorim apostava no passeio como um incentivo ainda maior a já satisfatória participação na horta escolar. “Estamos tendo um aprendizado para produzir com sustentabilidade”, afirmou Angélica.

Aprendizados

Divididas em dois grupos, as crianças ouviram sobre a importância da biodiversidade – alcançada pela integração entre mata e pequenas lavouras –, para manter o equilíbrio do solo e evitar doenças nas plantas. O banheiro ecológico (sem consumo de água), a composteira e o galpão com telhado vivo chamaram a atenção dos pequenos. Os alunos ainda conheceram os diversificados espaços produtivos do lote (que tem morango como carro-chefe), saborearam frutas e percorreram uma trilha na mata até a nascente de água.

“Quando chegamos aqui, em 1988, era tudo campo. O poço secava toda hora e, nos dias de chuva, a água ficava tão embarrada que não servia nem para lavar roupa. Depois o mato foi crescendo, deixando o solo mais poroso e segurando a umidade. Hoje a vertente ficou tão forte que serve até para irrigação. Mandamos uma amostra para análise e o laudo diz que a água é totalmente potável”, contou Vodzik aos visitantes.

Sabores e conhecimentos foram recebidos com entusiasmo pelas crianças. “Gostei das frutas e de aprender a preservar a água”, destacou Tiago dos Santos, de 11 anos, ainda com vestígios de amoras nas mãos. “Eles também ensinaram sobre agricultura, árvores e solo”, completou o colega Teylor de Matos.

Contexto

Conforme Vodzik, a primeira visitação ao lote ocorreu por volta do ano 2000 e mobilizou alunos de uma escola fazenda então existente nos arredores. “Escolhemos esta área porque tinha biodiversidade e produção orgânica”, revela Éilson da Costa, professor da turma pioneira. Desde então, a presença de estudantes, pesquisadores, agricultores e apoiadores da agroecologia multiplicou-se. “Até os técnicos vêm conhecer nossas experiências. Grande parte da venda também é de gente que prefere comprar aqui”, revela o assentado.

Este ano as caravanas tornaram-se ainda mais frequentes, pois o casal venceu um concurso de incentivo a projetos ambientais promovido por uma empresa de produtos químicos. O prêmio disponibilizou R\$ 10 mil basicamente destinados ao transporte dos visitantes, material impresso de divulgação, assessoria e incremento da infraestrutura produtiva do lote. Com apoio da Prefeitura Municipal de Nova Santa Rita, os assentados comprometeram-se a compartilhar suas experiências com 600 estudantes do município, além de 100 agricultores familiares. Até o momento, cinco escolas integraram-se à iniciativa.

Ministro defende pacto contra desmatamento. Paulenir Constâncio. Site do MMA, 06/10/2016.

Sarney Filho destaca que o caminho passa pelo desenvolvimento econômico e social na Amazônia.

O ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, disse, nessa quinta-feira (06/10), que é preciso avançar no combate ao desmatamento ilegal na Amazônia. “Não podemos achar normal que as taxas anuais de desmatamento permaneçam nos patamares atuais. O nível de 5 a 6 mil km² anuais de desmate é inaceitável”, afirmou.

Para Sarney Filho, chegou o momento de corrigir o curso da política de combate ao desmatamento. Ele defendeu que os próximos passos sejam voltados para a criação de instrumentos econômicos que ofereçam alternativas dignas de vida e trabalho aos milhões de pessoas que vivem na floresta.

Em seu pronunciamento no último dia do Seminário Técnico Científico de Análise dos Dados do Desmatamento na Amazônia Legal, que foi realizado em Brasília, o ministro reafirmou que “o melhor caminho para zerar o desmatamento ilegal no País é o desenvolvimento com promoção de melhor qualidade de vida para a população”.

Para ele, mesmo enfrentando dificuldades o Brasil vai cumprir as metas estabelecidas no Acordo de Paris. No documento, ratificado pelo Congresso e já encaminhado às Nações Unidas, o governo brasileiro assume o compromisso de reduzir a área desmatada na Amazônia a 3,9 mil km².

MUDANÇAS

O ministro disse, ainda, que todos os setores da sociedade são chamados a contribuir com o alcance da meta. Para ele, a complexidade do combate ao desmatamento exige mudanças no modelo de produção e consumo, na ocupação e no uso da terra.

“O caminho do desenvolvimento sustentável da Amazônia” de acordo com Sarney Filho, terá que reunir diferentes áreas do governo, estados e municípios, sociedade civil e academia, indústria e agropecuária. Ele ressaltou o papel dos organismos internacionais e das instituições de fomento dentro e fora do país.

EM ALTA

Durante o evento, Sarney Filho citou resultado de pesquisa CNI/Ibope, onde a condução da política ambiental pelo Ministério do Meio Ambiente ocupa lugar de destaque. “Tivemos os melhores índices de aprovação por parte da população”, comemorou. Para ele, isso mostra que “mesmo com todas as dificuldades, estamos caminhando, de forma inequívoca, na boa direção”.

Contratações públicas sustentáveis em pauta. Letícia Verdi. Site do MMA,

11/10/2016.

Ministério do Meio Ambiente participa de evento que debateu o assunto. Caminho para sustentabilidade passa pela redução de material, de água e de consumo de energia.

O I Seminário de Compras Públicas Sustentáveis, promovido pelo Ministério da Fazenda, contou com palestra sobre os componentes de sustentabilidade nas contratações públicas, ministrada pelo analista ambiental do Departamento de Produção e Consumo Sustentáveis do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Alexandre D'Avignon. O seminário aconteceu nesta terça-feira (11/10), em Brasília, com o objetivo de discutir, estimular e orientar os gestores públicos a implementar os princípios de sustentabilidade no ambiente de trabalho.

Confira a galeria de fotos do evento.

Consumo e produção responsáveis são o 12º item dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), conjunto de 17 metas estabelecidas em 1º de janeiro deste ano pela Organização das Nações Unidas (ONU), para serem cumpridas até 2030.

“O modelo de desenvolvimento predominante é insustentável: 20% da população mundial, que habita principalmente os países do hemisfério norte, consome 80% dos recursos naturais e energia do planeta”, destacou D'Avignon.

CAMINHO

A tríade redução de material, de água e de consumo de energia, além do cuidado com a toxicidade do produto, são a base para que o gestor público, e qualquer cidadão, colabore com a perpetuação da vida no planeta. O percentual de compras públicas sustentáveis subiu, de 2012 para 2015, de 0,03% para 0,25% em relação às compras totais efetuadas pela União.

As contratações públicas sustentáveis levam em consideração fatores ambientais, sociais e econômicos na hora de escolher, por meio de licitações, os fornecedores de produtos e serviços.

Segundo D'Avignon, ao realizar licitações, o governo deve considerar o valor total da compra e não apenas o preço. “Para fazer uma contratação vantajosa do ponto de vista da sustentabilidade é preciso levar em conta o valor total de posse, que corresponde à soma do valor pago na compra; com o custo da logística; o risco ambiental, social e

econômico; os custos de manutenção; a vida útil; e o valor de descarte ou deterioração do produto”.

A3P

Uma das formas de estimular os órgãos públicos a adotar e cumprir as orientações da Agenda 2030 dos ODS é incentivá-los por meio de premiações. Pensando nisso, a A3P (Agenda Ambiental na Administração Pública) realiza no dia 26 de outubro o 6º Prêmio A3P de Sustentabilidade na Administração Pública, durante o 9º Fórum da Agenda Ambiental na Administração Pública, com o tema eficiência no uso dos recursos naturais: água e energia.

Agricultores têm curso para sustentabilidade. Letícia Verdi. Site do MMA, 13/10/2016.

Programa de educação ambiental inova ao promover curso a distância com aulas presenciais.

O Ministério do Meio Ambiente (MMA), por meio do Departamento de Educação Ambiental (DEA), finaliza, neste mês, o curso Formação de agentes populares de Educação Ambiental na Agricultura Familiar. Apesar de ser na modalidade de educação a distância (EAD), o curso trouxe o diferencial de oferecer aos alunos um acompanhamento presencial, com tutores in loco de 22 instituições parceiras como universidades, secretarias de meio ambiente e organizações não governamentais.

O curso faz parte do Programa de Educação Ambiental na Agricultura Familiar (PEAAF) do MMA, que, por meio de ações educativas, busca construir coletivamente estratégias para o enfrentamento da problemática socioambiental no meio rural, com a adoção de práticas sustentáveis na agricultura familiar e no manejo dos territórios rurais.

Segundo o coordenador do PEAAF, Alex Bernal, dos 951 agentes populares que iniciaram o curso, 783 conseguiram a nota necessária para se formar. “É um dado bem positivo, visto que cursos à distância têm a limitação do uso de um computador com acesso à internet, ainda mais se tratando do meio rural. Creio que a troca entre o MMA

e essas instituições parceiras, e destas com os alunos, foi o principal ganho do curso e fator determinante para o sucesso dessa formação”, ressaltou.

VISITAS A PROPRIEDADES

O Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário do Meio Oeste do Contestado (CPIMMOC), em Santa Catarina, foi uma das instituições parceiras do MMA que ofereceu o curso a alunos de 13 municípios catarinenses, todos trabalhadores na agricultura familiar. O consórcio avalia processos de licenciamento ambiental (renovação ou abertura) e, com o curso, pôde incorporar referências de boas práticas na área. “Aderimos ao programa de educação ambiental do MMA para ter um suporte teórico e conhecer novas práticas de sustentabilidade”, contou o tutor Adalberto Antônio Marcon, que fez o primeiro curso pelo Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) do MMA em 2014.

Além das aulas teóricas, os alunos visitaram propriedades rurais que usam a agroecologia, a produção sem agrotóxicos e promovem recuperação de nascentes. “O trabalho está sendo multiplicado”, afirmou Adalberto. “Com a nova administração municipal em 2017, queremos promover oficinas e levar a preocupação com o meio ambiente a mais pessoas”. Os alunos formaram um grupo no *WhatsApp* para debater os assuntos e continuar trocando informações.

ASSENTADOS

A agrônoma e mestra em Zootecnia pela Universidade do Estado de São Paulo (Unesp), Uly Carneiro Bragiato, foi tutora do curso de PEAAF em três assentamentos diferentes: Pradópolis, Córrego Rico e Ribeirão Preto. Uly acompanhou pessoalmente os 24 alunos que finalizaram o curso. “Uso de fogo, queimadas, troca de sementes crioulas e parcerias entre eles foram os temas mais comentados”, disse ela.

“Os agricultores reclamam que o milho nascido da semente transgênica não é bom para consumo humano, que não tem sabor. A semente crioula é melhor para o cultivo de alimentos, então os agricultores formaram uma rede de trocas de sementes”. Nesse contexto, a cooperação entre eles foi estimulada. “O pessoal ainda me procura para perguntar se haverá outro curso do PEAAF no ano que vem”, comemora.

SENSIBILIZAÇÃO

O curso do MMA também chegou à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), sediada em Redenção, a 55 quilômetros de Fortaleza (CE). O professor de Microbiologia e Fitopatologia e coordenador do Núcleo de Agroecologia e Produção Orgânica da Unilab, Joaquim Torres Filho, destacou a importância de sensibilizar as novas gerações para as questões ambientais.

Os alunos, brasileiros e estrangeiros de países de língua portuguesa (Angola, Moçambique, Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe, Timor Leste e Cabo Verde), fizeram aulas semanais em campo, em disciplinas com prática agrícola. “No primeiro curso tivemos filhos de agricultores e, no segundo, agricultores e técnicos”, explica o professor Joaquim. “O curso foi muito bem produzido e organizado, as questões locais e regionais foram bastante discutidas. O suporte dado pelo ministério resolveu tudo o mais rápido possível. Agora, todos querem saber quando será o próximo”. Sobre a evasão, um gargalo nos cursos a distância, ainda mais quando se trata de alunos do meio rural, o professor conta que a Unilab conseguiu ficar abaixo da média nacional (30%), formando 50 pessoas.

SOBRE O PROGRAMA

O PEAAF é fruto da reivindicação dos movimentos de agricultores e agricultoras familiares ao Governo Federal, realizada no Grito da Terra 2009 e outras manifestações. Desde então, sua elaboração e aperfeiçoamento têm sido realizados de forma contínua e participativa, por meio do diálogo com sujeitos sociais atuantes no setor. O Programa é a materialização da contribuição da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) a essa demanda socioambiental.

Para Alex Bernal, a Educação Ambiental possibilita a reflexão coletiva sobre os problemas e os conflitos socioambientais das comunidades. “O modelo agrícola predominante gera insegurança alimentar e vários danos ambientais, como contaminação de solos e rios. O PEAAF fomenta esse debate sobre a sustentabilidade com nossos principais aliados na busca de um outro padrão de desenvolvimento rural: os agricultores familiares e as populações tradicionais”, explica.

Incra/RO fiscaliza planos de manejo em reservas florestais de assentamentos. Site do INCRA, 14/10/2016.

Uma equipe de engenheiros florestais e técnicos agrícolas da superintendência do Incra em Rondônia está fiscalizando os planos de manejo autorizados pelo órgão nas reservas legais em bloco nos assentamentos Padre Ezequiel, no município de Mirante da Serra (RO), Margarida Alves, em Nova União (RO), Madre Cristina em Ariquemes (RO) e Vale Encantado, no município de Theobroma (RO). A iniciativa integra o Programa Assentamentos Verdes.

Onze assentamentos do Incra em Rondônia possuem reservas florestais em bloco. Essa modalidade de reserva foi introduzida pela autarquia em alguns projetos de assentamento criados a partir da metade da década de 1980. O objetivo era garantir o cumprimento do Código Florestal, que na época previa a manutenção de, no mínimo, 50% dos imóveis rurais localizados na área de abrangência da Amazônia Legal, com a cobertura florestal nativa.

Algumas reservas sofreram invasões ao longo dos anos e a solução foi encontrada com o apoio da organização dos assentados, através dos planos de manejo. Assim, com a exploração autorizada pelo Incra, cada assentado tem direito ao usufruto de um quinhão do ativo florestal obtido no manejo.

Segundo o assegurador ambiental do Incra/RO, Neilton Pereira, esse modelo é muito positivo sob o aspecto ambiental porque aumenta a possibilidade de preservação de espécies vegetais e a chance de sobrevivência da fauna, além de proporcionar um retorno financeiro para as famílias assentadas com a exigência de fortalecimento da comunidade. “Representa maior segurança na integridade da reserva e incremento de renda aos assentados”, avaliou.

Os relatórios de fiscalização dos manejos dos assentamentos Margarida Alves e Vale Encantado foram concluídos no dia seis de outubro, onde foram notificadas algumas irregularidades que deverão ser sanadas em trinta dias pela associação ou cooperativa responsável e empresas executoras. Nos assentamentos Padre Ezequiel e Madre Cristina estão em andamento.

As famílias participantes do manejo do assentamento Margarida Alves, receberam a anuência do Incra para sua realização no mês de julho. A autorização foi entregue pelo superintendente regional do Incra/RO, Cletho Muniz de Brito, ao presidente da Cooperativa Mista de Extrativismo Agrícola Familiar Ecologismo e Prestação de Serviços (Comeafes), Claudio Almeida Jatobá. O manejo foi autorizado em 1.158 hectares, 20% do total da área da reserva, a 194 famílias interessadas.

Para obter a anuência ao plano de manejo, as famílias precisam ter a titulação provisória ou definitiva da área, o licenciamento ambiental do assentamento, assistência técnica para a atividade florestal e demarcação topográfica.

Assentamentos Verdes

O Programa Assentamentos Verdes foi criado em novembro de 2012 com o objetivo de combater e desestimular o desmatamento ilegal em assentamentos na Amazônia Legal. O programa conta com integração efetiva de instituições parceiras, de movimentos sociais e de todos os atores envolvidos e comprometidos com o desenvolvimento dos assentamentos e da qualidade de vida de seus ocupantes.

Neste programa o Incra busca planos regionais para a prevenção, o combate e a criação de alternativas ao desmatamento em áreas de assentamentos. Ao longo do tempo a sociedade civil participa ativamente do planejamento e acompanhamento da execução.

Agropecuária de baixo carbono será debatida em Brasília. Site do MAPA,

20/10/2016.

Mesa-redonda discutirá caminhos para que as tecnologias cheguem ao produtor

Representantes do governo, do setor privado e de organizações ambientais vão participar de uma mesa-redonda, na próxima segunda-feira (24), em Brasília, de 13 às 18 horas, na sede do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). O encontro é promovido pela Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura, grupo de trabalho focado em agropecuária de baixo carbono.

O objetivo principal é discutir os caminhos para suprir a carência de conhecimento do produtor rural sobre práticas da agropecuária de baixo carbono, como a recuperação de pastagens e a integração lavoura-pecuária-floresta.

A programação inclui as políticas públicas na área; exemplos de sucesso ligados a empresas que ajudam a fornecer assistência técnica no campo; e possíveis parcerias entre os setores público e privado. O encerramento ficará a cargo do assessor especial

do Mapa para meio ambiente e sustentabilidade, João Campari.

As práticas de baixa emissão de carbono são importantes para o Brasil cumprir seu compromisso no Acordo de Paris, que prevê, por exemplo, a recuperação 15 milhões de hectares de pastagens degradadas e a implantação do sistema integrado lavoura-pecuária-floresta em 5 milhões de hectares.

Censo Agropecuário de 2017 é reivindicado pela CONTAG em audiência no Senado Federal. Barack Fernandes. Site da CONTAG, 20/10/2016

Para reivindicar pela realização do Censo Agropecuário de 2017, o presidente da CONTAG, Alberto Ercílio Broch, participou na manhã desta quinta-feira (20 de outubro), de uma audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), que tem como presidente, a senadora Ana Amélia.

“Para CONTAG é de fundamental importância o Censo Agropecuário, pois, um grande recenseamento agropecuário brasileiro permitirá que os Governos possam acertar mais nas políticas públicas e ainda nos embasar com dados mais reais. Afinal, o mundo se transformou muito nos últimos anos e precisamos de novas informações. Ficamos muito felizes em saber da luta da Comissão para encontrar recursos para fazer o Censo, se possível em 2017. Aproveitamos para colocar toda a força do MSTTR, dos nossos meios de comunicação, dos mais 4.200 Sindicatos filiados a CONTAG, no sentido de contribuir com a divulgação e mobilização para que tenhamos um bom Censo Agropecuário 2017”.

Além do presidente da CONTAG, outros expositores que compuseram a mesa, reivindicaram pela realização do Censo Agropecuário em 2017.

Entre eles, Marcelo José Braga, que é professor da Universidade Federal de Viçosa, que apresentou vários pontos sobre a importância do Censo Agropecuário.

“Só com o Censo será possível desvendar a realidade agropecuária do Brasil, onde identificaremos as transformações estruturais no campo, a heterogeneidade estrutural da agropecuária brasileira e a natureza excludente do dinamismo rural das últimas décadas. Com o Censo é possível identificar que apenas 11% dos estabelecimentos rurais são responsáveis por 87% do valor bruto da produção, o que nos faz reconhecer a viabilidade econômica, social e ambiental de milhões de estabelecimentos que estão no meio rural brasileiro”, ressaltou.

O pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Zander Navaro, afirmou que o Brasil precisa do Censo Agropecuário para geografiar sua sociedade.

“O Censo do próximo ano será uma oportunidade de mostrar uma série de tendências de como será o campo nos próximos anos. Nos fará também imaginar se ainda temos capacidade de desenvolver o interior do País de forma habitável e com sociabilidade”, afirmou.

Já o pesquisador do IPEA, José Eustáquio, apresentou números da desigualdade no Brasil, com o objetivo de mostrar a necessidade da realização do Censo Agropecuário com regularidade.

“Com o Censo desatualizado a situação fica ainda mais crítica, pois ainda há um grupo muito grande de excluídos(as). Sem ter os dados reais é muito complicado entender a nova dinâmica agrícola no Brasil”, afirmou.

O gerente substituto do Censo Agropecuário do IBGE, Luiz Fernando Rodrigues, se limitou em explicar como funciona o atual sistema de recenseamento do IBGE.

“Estamos utilizando atualmente um aplicativo que traz com mais exatidão os dados locais, com retorno de informações em até 2 horas após a pesquisa”.

O Censo Agropecuário é um instrumento absolutamente fundamental para conhecer, planejar e decidir sobre a agricultura e a sociedade rural do Brasil. Sua preparação, ainda neste ano de 2016, e sua realização, em 2017, assume uma importância decisiva não apenas pela necessidade de se dar continuidade aos registros de informações iniciados em 1920 e desde então repetidos (entre 1970 e 1996 quinquenalmente) mas, sobretudo, pelo fato de que o interstício entre 2006 e 2016 cobre um período de transformações profundas e estruturais do nosso meio rural, que somente com dados censitários poderão ser adequadamente escrutinados e entendidos.

Nos últimos 10 anos foi implementado um conjunto de políticas públicas que mudaram a face do Brasil rural e de sua agricultura. Os dados colhidos pelo Censo são fundamentais para se compreender melhor os resultados das políticas públicas para os(as) agricultores(as) familiares, especialmente do crédito agrícola, que se ampliou sobremaneira, e para as diversas cadeias produtivas. É importante conhecer e analisar as repercussões das tecnologias agropecuárias, tanto sobre os fatores de produção como sobre a renda e as receitas das famílias, e as performances produtivas e tecnológicas dos diferentes estratos de produtores(as).

O Brasil é reconhecidamente um País líder nas estatísticas agropecuárias mundiais (em 2013, sediamos o Congresso Mundial de Estatística Agropecuária), nossos técnicos e estudiosos estão ajudando outros países e organizações a ordenar suas estatísticas rurais e agropecuárias.

Suas é essencial para que o Brasil atinja os Objetivos do Desenvolvimento

Sustentável, diz representante da ONU. Site do MDSA, 26/10/2016.

Relatório do Fundo de População das Nações Unidas aponta a necessidade de investimento em políticas públicas para o atendimento a meninas e adolescentes em todo o mundo

Brasília – A rede de proteção social do Sistema Único de Assistência Social (Suas) é essencial para o alcance dos objetivos de Desenvolvimento Sustentável. A afirmação é da representante do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), Fernanda Lopes, que participou, nesta quarta-feira (26), em Brasília, do lançamento do relatório *Situação da População Mundial 2016*.

“Os centros de referência da Assistência Social são decisivos para mudar o quadro de trabalho infantil, da violência doméstica e do casamento precoce. O resultado dessas mudanças serão ainda mais visíveis se houver uma integração entre as diferentes políticas”, destacou Fernanda.

Durante o evento, a representante do organismo internacional ressaltou que a redução da pobreza, a promoção da igualdade entre os gêneros, e o acesso à educação e à saúde começam pela rede do Suas. “A ação propulsora da intersetorialidade feita pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário e pelos serviços da rede Suas é essencial para atingir essas conquistas”, acrescentou.

O relatório do UNFPA destacou a importância de os países investirem no acompanhamento de meninas com 10 anos ou mais para que as 17 metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável sejam atingidas. No total, mais de 60 milhões de meninas precisam de maior atenção em todo o mundo. Só no Brasil, esse número chega a 1,6 milhão. O trabalho infantil, a falta de acesso a serviços de educação e saúde, o casamento precoce e a violação de direitos são alguns dos problemas que podem prejudicar o desenvolvimento pleno dessas meninas.

Bolsa Família – O relatório aponta ainda que, se todas as meninas de 10 anos em países em desenvolvimento completassem o ensino médio, a economia desses países poderia ter uma injeção adicional anual de US\$ 21 bilhões. O Brasil é um dos poucos lugares no mundo analisados no estudo em que a proporção de meninas na escola é maior do que a de meninos.

“Em especial, as condicionalidades do Bolsa Família, principalmente a relacionada à educação, fizeram muita diferença para garantir que a maioria da população com até 10 anos esteja na escola e para que a diferença entre idade e série tenha diminuído”,

reforçou a representante das Nações Unidas. Fernanda Lopes ainda defendeu que o próximo passo é dar um salto de qualidade na oferta da educação.

Para a secretária Nacional de Assistência Social, Carminha Brant, o relatório apresentado norteia as políticas públicas que o governo federal deve promover nos próximos anos. “São dois grupos etários muito importantes para o nosso ministério: os adolescentes e a juventude. Estamos tentando promover ações com o apoio de uma rede nacional, pois há um vazio de políticas públicas para esta faixa etária. É o momento de darmos maior visibilidade e criar políticas para esta faixa etária”, afirmou.

Carminha ressaltou que o governo federal vem realizando um esforço expressivo no combate ao trabalho infantil. Já o elevado número de adolescentes grávidas indica a necessidade da revisão de algumas políticas públicas. “Ainda temos uma gravidez precoce muito forte, significativa no país. Precisamos de um trabalho de prevenção com este grupo”, disse. Dados do Ministério da Saúde mostram que uma em cada cinco crianças nascidas vivas no Brasil é filha de mães adolescentes.

Ministério realiza seminário sobre sustentabilidade. Lucas Tolentino. Site do MMA, 27/10/2016.

Evento debaterá, no dia 17 de novembro, em São Paulo, o uso de relatórios alinhados com a Agenda 2030.

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) realizará, no dia 17 de novembro, o Seminário Internacional sobre o Uso dos Relatórios de Sustentabilidade e o Acompanhamento da Agenda 2030. O encontro será gratuito e ocorrerá em São Paulo. As 100 vagas destinadas ao setor empresarial, sociedade civil, academia e demais interessados já foram preenchidas nos três primeiros dias de inscrição.

A abertura do seminário contará com a participação do secretário de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental do MMA, Edson Duarte, da diretora de Produção e Consumo Sustentável do MMA, Raquel Breda, e de representantes da BM&FBovespa, do Banco do Brasil e do Grupo de Amigos do Parágrafo 47.

A programação incluirá discussões sobre como a informação dos relatórios pode impulsionar a governança e fortalecer a transparência do processo. Também haverá debates sobre os indicadores de acompanhamento da Agenda 2030, com foco em

identificar sistemas e plataformas capazes de atender à demanda de inovação e comunicação referente aos relatórios.

FERRAMENTAS

Os relatórios de sustentabilidade são ferramentas usadas por empresas para divulgação de suas atividades. O crescimento de regulamentações e as exigências dos mercados mais complexos e modernos estimularam a demanda por transparência, responsabilidade e governança corporativa e provocou um aumento significativo na quantidade de relatos publicados.

Já a Agenda 2030, com os seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), demandará ainda mais que todas as instituições, inclusive as empresas, mostrem quais são suas contribuições para o Desenvolvimento Sustentável. Os ODS são acompanhados de 169 metas e 231 indicadores de dimensões técnicas para avaliação do processo.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Armando Fornazier, Catia Grisa, Claudia Job Schmitt,
Fábio Luiz Búrigo, Georges Flexor, Jorge Romano,
Karina Kato, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros,
Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf,
Silvia Zimmermann, Valdemar João Wesz Junior

Assistentes de Pesquisa
José Renato S. Porto

Secretária
Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 - r. 214

Fax: 21 2224 8577 - r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa